desapercebida. O movimento incessante de criação e recriação do parentesco cativo era o elemento-chave no processo pelo qual se produzia o escravo.

Não é suficiente apresar um homem para se possuir um cativo - é preciso torná-lo escravo. No Brasil, o processo de produção social deste tipo específico de trabalhador, iniciava-o o mercado, pela introdução do estrangeiro. A escravidão começava, pois, pela instauração da diferença e da guerra virtual, cujas tréguas sucessivas eram assinaladas pela consecução de laços parentais dos mais diferentes tipos. O resultado era a africanização e a abrasileirização da escravaria, isto é, a constituição da comunidade, a realização do *nós* escravo. Apenas isto permitia ao senhor auferir um renda política sem a qual o seu retorno ao mercado estaria comprometido. E o ciclo recomeçava novamente. O cativeiro era, pois, estruturalmente dependente do parentesco cativo.

População e Família – São Paulo – vol. 1, nº 1, p. 119-141, jan./jun. 1998.

A FAMÍLIA ESCRAVA E A AGRICULTURA MERCANTIL DE ALIMENTOS: MAGÉ, 1850-1872.

Antonio Carlos Jucá de Sampaio[1]

Este artigo é fruto de um esforço bem mais amplo realizado por nós, cuja finalidade era a de conhecermos as características de uma região escravista produtora de alimentos bem como sua evolução no período final da escravidão, e que resultou na elaboração de nossa Dissertação de mestrado[2].

Magé, município situado no fundo da Baía de Guanabara, era no século XIX uma das principais regiões abastecedoras da Corte, com a qual na prática formava um só mercado. Tal fato, ao gerar uma renda diferencial em favor dos agricultores mageenses em relação aos de outras áreas produtoras de alimentos, permitiu-lhes constituir não somente uma sociedade bastante dinâmica como profundamente hierarquizada em termos sociais, onde a distribuição tanto das fortunas quanto dos plantéis adquiria contornos semelhantes aos das regiões agroexportadoras[3].

A nossa intenção com este trabalho é de, a partir desse quadro mais geral, contribuir para o debate sobre a família escrava no Brasil, esclarecendo as características da escravidão em seus aspectos demográficos numa região produtora de alimentos. Esta análise ganha importância ao percebermos que a maioria dos trabalhos hoje existentes para o período concentra-se no exame das áreas agroexportadoras, e aqueles ligados ao tema do abastecimento interno nem sempre se aprofundam no estudo da escravidão, concentrando-se na maioria das vezes nos escravos em idade produtiva[4].

---

1 Doutorando pela Universidade Federal Fluminense e Professor-substituto da UFRJ.

2 Sampaio, Antonio Carlos Jucá de, *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos* (1850-1888), Niterói, 1994, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense.

3 Ver: Sampaio, Antonio Carlos Jucá de, op.cit., Caps. 1, 2 e 3.

4 Como exemplos dessa postura, temos: Castro, Hebe, *Ao sul da história*, São Paulo: Brasiliense, 1987, e Motta, Márcia, Pelas bandas d'além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora - 1808/1888, Niterói, 1989, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense.

Perfil Demográfico e Evolução da População Escrava em Magé

O campo da demografia tem sido um dos mais visitados nos últimos anos por aqueles que se dedicam ao estudo da escravidão. As consequências deste interesse têm sido das mais proveitosas. Passou-se de forma acelerada de uma época em que se faziam generalizações pouco precisas sobre o tema para um grau de conhecimento bem mais profundo e abrangente, embora ainda haja muito o que explorar.

A principal mudança ocorrida, no nosso entender, foi a passagem de uma ênfase, até certo ponto exagerada, nos efeitos do tráfico internacional sobre a demografia escrava (visto, na prática, quase como único fator explicativo), até o reconhecimento de uma dinâmica demográfica própria dos escravos, que se não era totalmente desvinculada deste guardava, todavia, um grau variável de independência. Trabalhos como os de Fragoso e Florentino, e o de Ana Maria Lugão[5] demonstram que os escravos possuiam uma lógica de produção/reprodução de sua vida muito distinta daquela da "plantation". Estabeleciam relações entre eles e deles com seu senhor que configuravam a formação de uma autêntica comunidade[6]:

> *"Comunidade e plantation não são elementos excludentes. Na verdade, a empresa escravista mercantil seria fruto da combinação e interpenetração dessas duas realidades. A comunidade de escravos se impõe aos mecanismos de funcionamento da* plantation *em graus variáveis, de acordo com a época e o local".*

Estes dois níveis distintos da empresa escravista geravam também demografias distintas. Teríamos por um lado a "demografia dos escravos", caracterizada por uma reprodução endógena, baseada nas relações estabelecidas pelos cativos no interior de suas próprias comunidades (casamentos, uniões consensuais, compadrios, etc.). Por outro lado, teríamos a "demografia da plantation" (pessoalmente, preferimos denominar de "demografia da agricultura

5 Fragoso, João, Florentino, Manolo, "Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do sul (1835-1872)", *Estudos Econômicos* vol. 17, São Paulo: Fipe, 1987, e Lugão, Ana Maria, Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul (1872-1920), Niterói, 1990, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense.

6 Fragoso, João, Florentino, Manolo, op. cit., p. 171.

escravista"), cuja reprodução era de caráter exógeno, baseada na aquisição de novos escravos através de compras. É da síntese dessas duas demografias , cada uma com pesos variáveis conforme a realidade estudada, que nasce a demografia escrava propriamente dita.

Foi esta a perspectiva que guiou nossa pesquisa. Através dela, tentamos nos aproximar do que significava o "ser escravo" na sociedade mageense, sobretudo num período de grandes transformações na própria instituição escravista. Neste sentido, os dados por nós reunidos são analisados como os resultados não somente das leis econômicas que regiam a escravidão, como também da luta cotidiana dos escravos para construir, dentro das limitações existentes, uma esfera própria de atuação. E dentro dessa busca de uma esfera autônoma a família ocupava, sem dúvida, um papel primordial.

Para realizarmos esta aproximação, analisamos as principais variáveis demográficas que conformavam a população escrava e, consequentemente, influenciavam a constituição de famílias: a distribuição entre faixas etárias, a razão de masculinidade, os laços de parentesco, etc. Os tipos de fontes utilizados para esta análise foram fundamentalmente o censo, as estimativas demográficas e os inventários. Sempre que podíamos trabalhar a mesma variável em ambos os tipos de fontes optamos pelos censos, por julgá-los mais representativos. A grande exceção a esta regra refere-se à distribuição da população escrava entre as diversas faixas etárias. Isto porque verificamos que na comparação entre o censo de 1872 e a estimativa de 1856 a população escrava acima de 40 anos teria sofrido uma brutal diminuição, não só em termos relativos como absolutos. De forma geral, enquanto este grupo representava mais de 20% do total de escravos em 1856, em 1872 representaria tãosomente 10% desse mesmo total, sendo que na freguesia de Suruí sua participação seria de apenas 2%, o que nos pareceu muito pouco provável. Esses dados são claramente contrários aos que encontramos nos inventários, que indicam uma forte tendência ao envelhecimento da população escrava durante todo o período em questão. No entanto, o que mais nos chamou a atenção foi que, segundo os números coletados, o mesmo processo ter-se-ia dado com a população livre, dando-nos a certeza da existência de problemas no levantamento deste item no censo de 1872 para Magé. Tendo em vista tais dificuldades, preferimos trabalhar, no que se refere ao tema, com os dados dos inventários, que se mostraram representativos na comparação com as estimativas de 1850 e 1856.

O trabalho com as demais variáveis não apresentou, felizmente, o mesmo grau de dificuldade. De qualquer maneira, nossa preocupação foi sempre no sentido de nos assegurarmos da fidedignidade dos dados, sem esquecer por isso do enfoque comparativo, sempre necessário para a compreensão de uma determinada realidade local.

Tabela 1: Participação Absoluta e Relativa de Escravos e Livres na População Mageense (1850-1872)

Condição	1850		1856		1872	
	N	%	N	%	N	%
Livres	6.683	49,09	7.653	57,01	11.319	60,41
Escravos	6.930	50,91	5.770	42,99	7.418	39,59
Total	13.613	100,0	13.423	100,0	18.737	100,0

Fontes: Estimativas demográficas de 1850 e 1856 e censo de 1872.
OBS: nestes totais não estão incluídos os números relativos à freguesia de Aparecida.

A tabela 1 foi montada com a função de introduzir-nos no estudo da população escrava mageense. Sem dúvida, o primeiro passo a ser dado em qualquer pesquisa acerca de uma determinada população é a análise de como a mesma evolui no tempo. Neste sentido, esta tabela nos traz informações preciosas.

Devemos ressaltar, em primeiro lugar, o crescimento da população escrava, verificado entre 1850 e 1872. Apesar de modesto (meros 7,04%), este crescimento é em si mesmo bastante significativo. Isto porque a segunda metade do século XIX é marcada, como sabemos, por uma queda constante do número de escravos em todo o Brasil. Apenas nas áreas economicamente mais dinâmicas, sobretudo naquelas vinculadas à produção de café, este número aumentou neste período. O que fez com que muitos historiadores vinculassem uma evolução positiva da população escrava a atividades agroexportadoras que passassem por conjunturas favoráveis, sobretudo em relação ao preço de seus produtos. Diversos trabalhos surgidos sobretudo na década passada, porém, vieram negar esse vín-

culo. Como, por exemplo, os dos irmãos Martins[7], mostrando claramente que a província de Minas Gerais, apesar de não estar em sua maior parte ligada a atividades de exportação, apresentou uma variação positiva da população escrava neste mesmo período. Seja como for, o fato é que na maioria das regiões, sobretudo naquelas ligadas ao abastecimento interno, a população escrava reduziu-se substancialmente no período. Em Capivary, por exemplo[8], o total de escravos passou de 5.999 em 1856 para 3.903 em 1872.

Dentro deste panorama, o crescimento demográfico dos escravos em Magé deixa-nos clara a capacidade de resistência desta sociedade escravista às fortes mudanças em curso. O que é reforçado pelo fato de que em 1872 os escravos representavam ainda cerca de 40% da população mageense. Um número sem dúvida expressivo, ainda mais se levarmos em conta que no mesmo ano este índice alcançava somente 22% em Capivary, enquanto em São Gonçalo, outra área produtora de alimentos da província fluminense, chegava a 31,21%[9].

Esses números, porém, podem ser enganosos. Ao desagruparmos os dados por freguesias, veremos que coexistiam em Magé realidades bem diferentes em 1872. Por um lado, temos a freguesia de Guapimirim, onde a escravidão ainda deitava fortes raízes, fazendo com que os escravos representassem, nesse ano, nada menos que *64%* da população total, além de terem apresentado um crescimento entre 1856 e 1872 de *117,54%*. Em situação praticamente oposta encontramos as outras 3 freguesias[10], onde a população mancípia situava-se em pouco mais de 20% do total, tendo sofrido perdas tanto em termos absolutos quanto relativos nas freguesias de Piedade e Suruí.

Podemos considerar, então, que a resistência dessa sociedade escravista (entendida enquanto capacidade de reiteração ao longo do tempo), à qual nos referimos acima, estava na verdade concentrada em uma única freguesia, a de Guapimirim. E isto porque

7 Um bom resumo das teses dos irmãos Martins é: Martins, Roberto Borges, "Minas Gerais século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora", *Estudos Econômicos* vol. 13, São Paulo: Fipe, 1983, p. 181-209.

8 Castro, Hebe de, op. cit., p. 41

9 Motta, Márcia M.M., op.cit., p. 56. Esse percentual não é dado diretamente pela autora, tendo sido calculado por nós a partir dos números da população livre e da população total.

10 Além de Guapimirim, o município de Magé constituia-se, nesse período, das freguesias de Piedade, Suruí, Teresópolis e Aparecida, sendo que esta última não será por nós analisada por tratar-se de uma região produtora de café, fugindo assim ao nosso campo de interesse.

as décadas de 1850 a 1870 representavam o momento de criação e/ou expansão do sistema agrário local, que encontrar-se-ia então em seu período "ótimo", ou seja, não desgastado por um sistema de plantio de caráter predador e semi-nômade, enquanto as demais freguesias debatiam-se com problemas de terras pouco férteis e o fim da mata virgem (caso de Suruí e Piedade), ou com problemas de transporte (no caso de Teresópolis), o que diminuia a lucratividade, dificultando a manutenção ou expansão do total de escravos. Esta discrepância entre as freguesias é, no entanto, um fenômeno que se desenvolve apenas a partir de meados do século XIX. Se tomarmos a estimativa de 1850 como parâmetro, veremos que todas as freguesias possuiam, então, pouco mais de 50% de sua população na condição de cativa, com um grande equilíbrio entre as mesmas.

De qualquer forma, veremos que para compreender o sentido deste crescimento do total de escravos não nos basta percebermos de que forma ele se liga aos interesses da empresa escravista. É necessário, igualmente, analisar como a própria composição da população escrava influiu neste processo. Em outras palavras, mensurar o peso da "demografia dos escravos" e, portanto, da família escrava no quadro geral.

Tabela 2: Razão de Masculinidade dos Escravos em Magé, Capivary e Paraíba do sul (1850 A 1872).

Município	Ano		
	1850	1856	1872
Magé	165	140	112
Capivary	—	—	114,25
Paraíba do sul	—	—	135,82

Fontes: Para Magé, as estimativas demográficas de 1850 e 1856. Para Capivary e Paraíba do sul: Castro, Hebe, *Ao sul da história*, SP, Brasiliense, 1987, p. 43.

Veja-se, a esse respeito, a evolução da razão de masculinidade da população escrava em Magé. No período entre 1850 e 1872, transitamos de uma proporção de 165 homens para cada 100 mulheres, proporção esta comparável à de áreas agroexportadoras, para outra de 112, distante do que encontramos nestas mesmas áreas

(como vemos pelo exemplo de Paraíba do Sul), mas muito próxima à de outras regiões ligadas ao abastecimento interno, como Capivary. Repare-se também que a queda verificada é contínua, ou seja, os três anos considerados mostram números seguidamente decrescentes, o que dá ao fenômeno estudado o caráter de uma tendência de longo prazo.

A razão de masculinidade é uma das mais importantes variáveis a serem trabalhadas por ser, ao mesmo tempo, causa e consequência de um determinado padrão demográfico. Razões de masculinidade excessivamente altas têm sua origem num padrão de reprodução de caráter exógeno baseado, no caso dos escravos, no tráfico internacional e/ou interno. Este padrão sem dúvida atendia aos interesses da empresa escravista, sobretudo aquela agrícola, para a qual interessava possuir principalmente homens adultos, mais produtivos. Mas era perverso no que se refere à fertilidade cativa. A desproporção entre os sexos dificultava, para os homens, o estabelecimento de uniões duradouras, limitando assim o seu potencial reprodutivo. Além disso, o tráfico internacional representava a constante chegada, em cada região, de mulheres com o seu período fértil já iniciado, o que terminava por reduzir ainda mais a fecundidade geral. Vidal Luna[11] demonstrou que a intensificação da entrada de africanos na capitania/província de São Paulo, entre o final do século XVIII e o início do XIX, provocou não somente um grande aumento na razão de masculinidade da população escrava, como uma diminuição simultânea na taxa de fecundidade das mulheres, mensurada através da proporção de crianças existentes para cada grupo de mil mulheres.

Para manter esse padrão de crescimento, a empresa escravista dependia da aquisição constante de novos escravos, o que lhe foi garantido durante o período de vigência do tráfico atlântico não só por uma oferta também constante como por um preço relativamente baixo, permitindo-lhe reproduzir sua mão-de-obra sem maiores dificuldades. O fim do tráfico, contudo, mudou as regras do jogo. A população escrava começou então a diminuir, justamente por causa desse perfil demográfico desequilibrado, tanto no que se refere à proporção entre os sexos como àquela entre as diversas faixas etárias. Por outro lado, o preço de cada escravo começou a subir, o que dificultou ainda mais a reprodução da empresa

11 Luna, Francisco V., "Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804 e 1829", *Congresso sobre História da População da América Latina, Anais...* Ouro Preto, julho de 1989.

escravista. O resultado disso foi a transferência de grande parte da população cativa para as áreas econômicas mais fortes, principalmente para a região sudeste.

Boa parte das regiões abastecedoras perderam, então, um percentual significativo de seus escravos. Foi o caso, como vimos, de Capivary. Nestas regiões, a diminuição da razão de masculinidade, quando ocorreu, provavelmente deveu-se à venda, para fora de seus limites, de um maior número de escravos do sexo masculino. As "plantations" continuavam com suas preferências, e através do tráfico interno logravam manter proporções razoavelmente elevadas de homens em seus plantéis.

O caso de Magé, no entanto, difere destes. E isto porque sua população cativa não diminuiu, e sim cresceu após 1850. O que nos coloca diante de três explicações possíveis para a diminuição da razão de masculinidade neste período: ou os proprietários mageenses de escravos deram preferência à compra de mulheres de outros municípios (pois se fossem compras internas não afetariam a razão de masculinidade global), ou o crescimento da população cativa deu-se principalmente de forma endógena (o que tenderia a equilibrar a proporção entre os sexos a longo prazo), ou ainda houve uma grande venda de escravos do sexo masculino para fora do município.

Para comprovarmos quaisquer dessas hipóteses, o ideal seria a quantificação e análise dos registros de compra e venda de escravos. Tais registros, porém, não foram encontrados nos cartórios locais, impossibilitando-nos um conhecimento aprofundado do comércio local de cativos. Tivemos acesso, no entanto, a alguns documentos de caráter fiscal relacionados à venda de escravos. Nestes documentos conseguimos informações detalhadas sobre as transações, com o nome do escravo, idade, estado civil, preço e naturalidade. Quanto aos compradores e vendedores, indicam o nome e local de residência dos mesmos. Os documentos dividem-se entre dois períodos: para 1872/73, temos um total de 106 transações envolvendo 165 escravos. E para 1883/84 temos 21 transações envolvendo 35 escravos. A amostragem é, sem dúvida, diminuta , mas nos servirá como um indicativo do padrão de transações neste período. Trabalharemos apenas com os dados relativos a 1872/73, por considerá-los mais representativos e por abrangerem o período que aqui nos interessa.

Nestes documentos, a razão de masculinidade encontrada entre os escravos é bastante alta, de 184 homens para cada 100

mulheres. Se considerarmos, no entanto, apenas as vendas realizadas por outros municípios para Magé, este mesmo índice chegará a 460. Já no sentido inverso, ou seja, na venda de escravos de Magé para outros municípios, temos a menor razão de masculinidade encontrada: apenas 110. É claro que sabemos que os dados envolvendo outros municípios apresentam-se subestimados dentro da amostra, uma vez que o registro das transações pode ter se dado nestes, e não em Magé. Mesmo assim, o que fica patente nesta análise é a preferência de quaisquer compradores, de dentro ou de fora de Magé, pelos escravos do sexo masculino, o que afasta a hipótese de uma importação líquida de escravos para o município[12].

Quanto à possibilidade de uma venda maciça de homens para fora de Magé, parece-nos algo mais provável, não só por causa da preferência dos compradores pelo sexo masculino, como porque a venda dos homens "excedentes" (aqueles que não teriam como reproduzir-se, por causa da desproporção entre os sexos) não afetaria a capacidade de reprodução das mulheres em idade fértil.

De tudo isto concluimos que a mudança ocorrida na razão de masculinidade da população escrava refletia um novo padrão de reprodução desta mesma população, agora de caráter endógeno (pois se o crescimento verificado tivesse se dado através do tráfico, esta razão teria aumentado ou se mantido, nunca diminuido bruscamente), bem como a dificuldade dos senhores em manter seus escravos mais valorizados, os do sexo masculino.

A importância de uma razão de masculinidade equilibrada para a possibilidade de uma reprodução natural dos cativos se evidencia quando levantamos estes índices para cada freguesia no censo de 1872. Ao fazermos isso, conseguimos descortinar diferenças importantes. A freguesia de Suruí que, como vimos acima, perdeu escravos no período, possuía então uma razão de masculinidade bastante alta: 140,16. Teresópolis, que registrou um crescimento de pouco mais de 9% entre 1856 e 1872, apresentava um índice ainda mais expressivo: 147,06. Piedade, por sua vez, apresentava uma taxa bem mais modesta: 118. Já a freguesia de Guapimirim, que respondia quase sozinha pelo crescimento do número de escravos

12 Afirmamos isso baseados na evolução dessa razão ao longo do tempo. O fato de que houvesse uma desproporção tão grande entre as razões de masculinidade dos escravos exportados e dos importados não significa que o município estivesse adquirindo mais escravos homens do que vendendo-os, pois isso depende dos números totais das transações realizadas com outros municípios, e não das razões de masculinidade.

em Magé, apresentava a menor de todas as razões de masculinidade encontrada: 102,75 homens para cada 100 mulheres, ou seja, um equilíbrio quase perfeito entre os sexos. Sem dúvida, apenas um crescimento baseado na reprodução natural dos escravos poderia ter como resultado tal igualdade.

Começamos, então, a adentrar no que antes denominamos de "demografia dos escravos". Uma demografia que era resultante não dos interesses da empresa escravista, mas sim de uma esfera própria dos escravos: a de sua comunidade. Há que se ter em conta, porém, que esta demografia, ao impor-se pelas circunstâncias à lógica da empresa escravista, acabou por salvar esta mesma empresa, ao menos enquanto conseguiu manter sua trajetória ascendente.

Chegar à conclusão de que existia uma comunidade de escravos (ou comunidades) apenas a partir do estudo da razão de masculinidade desta população pode, no entanto, parecer tanto precipitado quanto exagerado. Para que possamos, portanto, defender o nosso ponto de vista precisamos de outros dados que confirmem o que acima dissemos. Um destes dados a serem trazidos à tona é o da origem dos escravos. Diversos autores, como Kátia Mattoso e João J. Reis[13], nos mostraram que esta origem era fundamental na definição das comunidades a serem formadas, havendo, em geral, divisões entre os diversos grupos étnicos (como a existente entre crioulos e africanos, ou entre as diversas etnias africanas). Estas divisões não devem contudo ser exageradas. José Roberto Góes[14] mostra-nos, de forma clara, que os africanos enviados para o Brasil eram em sua quase totalidade de origem bantu, o que acabava por aproximá-los no cativeiro, ainda que na África vivessem em comunidades distintas. De qualquer forma, a própria identidade de "africanos" que lhes é imposta ao chegarem por aqui, e que faz parte do seu processo de ressocialização, ajuda-os a construirem uma nova identidade e estabelecer novos laços de solidariedade. Dentro deste quadro, o estudo da origem dos escravos ajuda-nos, por um lado, a estabelecer mais precisamente o perfil demográfico desta população e, por outro, a nos aproximarmos mais das características e vivências da comunidade cativa.

13 Mattoso, Kátia, *Ser escravo no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1988; Reis, João J., Silva, Eduardo, op. cit.

14 Góes, José Roberto, O cativeiro imperfeito (um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX) Niterói, 1992, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, p. 199. Góes segue, naturalmente, a pista de Slenes.

Tabela 3.1: Proporção de Africanos e Crioulos na População Escrava (1856 E 1872) em %.

Origem	1856	1872
africanos	50,24	10,92
crioulos	49,76	89,08

Fontes: Estimativa demográfica de 1856 e censo de 1872.

Tabela 3.2: Naturalidade dos Escravos Crioulos em 1872 (em %).

Província de origem	Percentual
Rio de Janeiro	95,43
São Paulo	1,42
Nordeste	1,07
Outras	2,08

Fontes: Censo de 1872.

Pela tabela 3.1 podemos acompanhar o enorme recuo da população de origem africana entre 1856 e 1872, passando de uma posição majoritária no primeiro ano (ainda que por pequena margem), para outra francamente minoritária no último, quando apenas um em cada dez escravos residentes em Magé era africano. Essa "crioulização" da população escrava, embora seja um processo recorrente em todas as regiões brasileiras após 1850, dificilmente ganhava contornos tão radicais. Se formos comparar o caso de Magé com o de Paraíba do Sul, por exemplo, veremos que neste último caso os africanos ainda representavam em torno de um terço da população entre 1865 e 1870[15].

As razões para tal discrepância parecem estar no tráfico interno e em regimes demográficos distintos. Em Magé, a venda de escravos do sexo masculino para outras regiões (supondo-se ser este um fenômeno significativo) significava igualmente a venda, em grande parte, de africanos, uma vez que a maioria da população masculina tinha essa origem. Ao mesmo tempo, Paraíba do Sul converteu-se, após 1850, num dos pontos de chegada das correntes do tráfico interno, o que lhe garantia a incorporação constante de no-

15 Fragoso, João e Florentino, Manolo, op. cit., p. 159.

vos africanos, embora em proporções decrescentes no decorrer do tempo, por conta da própria mortalidade dos escravos. A influência do regime demográfico em cada população é ainda mais clara. Ao basear seu crescimento na reprodução natural, a população escrava de Magé via crescer, a cada momento, a proporção de crioulos, enquanto em Paraíba do Sul tivemos um crescimento muito mais centrado no tráfico interno que, como vimos, levava a uma menor diminuição proporcional do número de africanos.

O fato, no entanto, de um escravo ser crioulo, nos diz mais a respeito do que ele não é (ou seja, africano), do que daquilo que ele realmente é. Crioulo era tanto o escravo nascido na cidade do Rio de Janeiro como aquele que tinha sua origem no sertão nordestino, por exemplo. Vivências tão distintas formavam, com certeza, consciências também distintas, embora as diferenças aqui possam ser vistas como menores do que as existentes entre africanos e crioulos.

No caso de Magé, no entanto, essas diferenças quase não se faziam notar, pelo menos desde a década de 1870, uma vez que 95% de todos os escravos brasileiros aí residentes eram originários da província do Rio de Janeiro (Tabela 3.2). Na freguesia de Teresópolis, em especial, esse percentual alcançava incríveis 100%. Esses índices não devem, no entanto, ser creditados apenas à reprodução natural. Segundo os documentos fiscais aos quais tivemos acesso, a maioria dos escravos comprados por Magé de outros municípios vinham de regiões limítrofes, como Nova Friburgo (para quem morasse em Teresópolis), Santo Antônio de Sá, São Gonçalo, Niterói, etc. Apenas uma das transações envolvia a compra de uma escrava de fora da província do Rio de Janeiro. Esse aspecto regional do comércio de escravos de Magé não é contudo de se estranhar, tendo em vista que a própria economia do município tinha esse mesmo caráter, sendo voltada para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

Os dados sobre a origem dos escravos eram, sem dúvida, da maior importância para os mesmos. A pequena participação de africanos em sua população e o fato de serem quase todos os crioulos nascidos no Rio de Janeiro dava-lhes uma grande unidade cultural e devia também traduzir-se num forte sentimento de pertencimento a uma comunidade, com vivências e valores bastante semelhantes, pois forjados em realidades igualmente próximas.

A existência de uma comunidade de escravos em Magé vai tornando-se cada vez mais clara. Nosso estudo, todavia, apenas ganha maior densidade quando nos debruçamos sobre a distribuição etária dos escravos e sua evolução no período. É neste momento que passamos a conhecer de maneira mais completa o movimento dessa população.

Tabela 4: Distribuição Percentual e Razão de Masculinidade da População Escrava por Faixa Etária (1850/51 a 1870/71).

faixas etárias	1850-1851 %	1850-1851 R/M	1870-1871 %	1870-1871 R/M
-14 anos	22,73	111	33,33	100
14-40 anos	54,17	147	37,50	73
+ 40 anos	23,10	190	29,17	150
Total	100,0	146	100,0	102

Fontes: Inventários *post mortem*.
OBS: R/M: Razão de masculinidade

A análise dos dados disponíveis nos inventários acerca da evolução da população escrava indicaram-nos a existência de um crescimento dessa mesma população, cujo principal fator seria a reprodução endógena, refletida na baixa razão de masculinidade relativa aos anos 1870-71 e também na elevação da porcentagem de crianças (menores de 14 anos) nos quadros da população total. Cabe aqui uma observação. Repare-se que as razões de masculinidade para os anos de 1850/51 e 1870/71 são inferiores àquelas encontradas para os respectivos levantamentos de 1850 e 1872. Segundo Slenes[16], a causa disso seria um subregistro de mulheres no censo de 1872, o que acreditamos ter também ocorrido na estimativa demográfica de 1850.

Se analisarmos os dados referentes aos anos 1850/1851, período imediatamente posterior ao fim do tráfico atlântico, veremos uma distribuição etária dos escravos bastante desigual, e concentrada principalmente na faixa produtiva (entre 14 e 40 anos de ida-

16 Slenes, Robert, "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX.", *Estudos econômicos vol. 13*, p. 125.

de), além de grandes razões de masculinidade, exceto para as crianças. A razão de dependência, por sua vez, era de 0,85, ou seja havia menos de um escravo improdutivo (ou pouco produtivo) para cada produtivo. Estes índices diferem pouco daqueles encontrados em outras áreas, inclusive naquelas ligadas à agroexportação[17], como Vassouras, onde a proporção de escravos entre 15 e 40 anos no período 1850/59 era de 51%. Neste primeiro momento temos, assim, ainda a influência do tráfico internacional, que impunha seu padrão populacional. A baixa razão de dependência indica, por sua vez, que esta empresa escravista funcionava dentro de padrões bastante satisfatórios de produtividade e lucratividade.

Ao avançarmos, porém, 20 anos em nossa análise, veremos os sinais de uma transformação profunda nas características demográficas da escravidão mageense. Em primeiro lugar, temos um aumento da participação da faixa etária infantil na população total, bem como uma diminuição nas razões de masculinidade, tanto para cada faixa etária como no total. Se nos lembrarmos que essa mesma população cresceu neste período, seremos forçados a admitir o caráter endógeno desse crescimento, o que nos é confirmado principalmente pela razão de masculinidade encontrada para a faixa etária (re)produtiva. Um crescimento baseado no tráfico interno levaria a um aumento dessa razão, e não a uma diminuição brusca, pois já vimos a preferência dos compradores por escravos do sexo masculino. O fato de termos aí um número maior de mulheres do que de homens poderia levar à argumentação de que a nova desproporção entre os sexos também prejudicaria a fertilidade feminina, já que nem todas as mulheres encontrariam parceiros (a não ser, é claro, que admitíssemos a tão propalada "promiscuidade" nos relacionamentos sexuais dos escravos, o que não é o caso). Este aparente desequilíbrio é, no entanto, compensado pela maior presença de homens entre a população acima de 40 anos. É importante levar em conta, aí, que se a idade fértil da mulher raramente ultrapassava os 40 anos, a dos homens se estendia muito além desse limite. Outro ponto que devemos considerar é exatamente o da participação dos escravos acima de 40 anos na população total. O fato desta faixa etária ter o seu percentual aumentado, além de manter uma razão de masculinidade positiva, parece indicar-nos que os senhores, nos seus esforços para manterem seus cativos,

17 Stein, Stanley, *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 109.

acabavam por reter para si aqueles menos valiosos. No entanto, e exatamente por seu menor valor, estes escravos possibilitavam a seus donos a manutenção de um contingente masculino que equilibrasse a participação feminina nas demais faixas de idade.

Em resumo, teríamos como estratégia senhorial neste período um direcionamento da maior parte dos investimentos conforme o sexo e a faixa etária. Estratégia esta que poderíamos denominar de "investimento cruzado". Para a faixa produtiva mais importante (aquela entre 14 e 40 anos) preferiu-se concentrar os investimentos nas mulheres (provavelmente, por conta da incapacidade de se manter a maioria dos homens), por causa do menor valor destas. Já na faixa etária acima dos 40 anos a desvalorização dos escravos, provocada pela idade, permitiu a manutenção de um razoável plantel masculino.

Falamos acima que esta reprodução endógena garantia a sobrevivência da empresa escravista. Agora vemos que, para isto, cobrava no entanto um alto preço, através de uma grande diminuição na produtividade e lucratividade da mesma. O aumentou do número de crianças e de idosos significava a necessidade de dividir-se um mesmo produto por um maior número de pessoas. A razão de dependência aumentou para 1,67 neste período. Um número bastante elevado, sobretudo se comparado com o anterior, mas comparável ao valor encontrado por Ana Lugão[18] para a fazenda do Visconde da Paraíba (1,68). Tal semelhança, ocorrida entre realidades tão diferentes, parece indicar a existência de um mesmo processo de transição demográfica, onde a reprodução da empresa escravista transferia-se gradativamente para as mãos dos escravos.

A Família Escrava Mageense no Período

Ao falarmos em reprodução endógena, crescimento natural, etc, devemos ter em conta que todos esses fenômenos estavam ligados a um outro, que era uma condição necessária para a sua existência: a família escrava. Para nosso infortúnio não contamos, no entanto, com dados mais aprofundados a respeito do assunto. Assim , resta-nos apresentar as poucas informações de que dispomos e tentarmos, então, uma abordagem do tema.

18 Lugão, Ana Maria, op. cit., p. 41

Tabela 5.1: Parentescos Explicitados nos Inventários (1850-1886).

Tipos de parentesco	Escravos N	%
casados	25	2,09
mãe e filho(s)	345	28,82
sem parentesco claro	827	69,09
Total	1197	100,0

Fontes: Inventários dos cartórios do 1o. e 2o. Ofícios de Magé, 1850/1886.
OBS: excluidos dois inventários: o de Maria Joaquina do Espírito Santo (1850), com 46 escravos, e o de Maria Claudina da Silva Ferreira (1866), com *91* escravos.

Tabela 5.2: Parentesco Explicitado e Parentesco Conservado nos Inventários (1850-1866).

número total de escravos	752
escravos com parentesco	236(31,38%)
parentesco preservado	127(65,46%)
outros casos*	42

* Inventários sem partilha, escravos que compraram ou ganharam a alforria, etc.
Fontes: Partilhas dos inventários dos cartórios do 1o. e 2o. Ofícios de Magé, 1850/1866.
Obs.: A não utilização dos inventários de 1870/71 liga-se à existência da lei de 1869, que proibia a separação das famílias por venda ou partilha.

A tabela acima exige algumas explicações a respeito de sua confecção. Para montá-la, utilizamos todos os inventários levantados, excetuando-se os dois supracitados. E isso porque achamos improvável que plantéis de tal magnitude não apresentassem quaisquer laços de parentesco, mesmo contando com um razoável número de crianças. Ainda assim, temos a certeza de estar apresentando apenas um percentual mínimo do número de escravos com laços de parentesco. E isso não só devido ao grande número de crianças cujas mães não são reveladas, como por causa de uma aná-

lise comparativa com os dados do censo e das estimativas a respeito do estado civil dos cativos. Enquanto nestes últimos o percentual de escravos casados era de algo em torno de 8%, nos inventários ficava próximo a 2%. As razões dessa sonegação de informações são difíceis de diagnosticar, restando-nos apenas a especulação a respeito. Talvez os senhores não julgassem importante fornecê-las, ou não quisessem fazê-lo para poderem dividir com mais facilidade as diversas famílias. Seja porque for, esses são os números de que dispomos.

Por eles, podemos ver que pelo menos 3 em cada 10 escravos possuiam relações de parentesco no interior do próprio plantel em que vivia (pela própria natureza da fonte, não temos como saber se o escravo tinha ou não parentes em outros plantéis). Trata-se, de qualquer forma, de um número importante, principalmente se compararmos com outras áreas. Em Paraíba do Sul[19], por exemplo, o número de escravos reunidos por parentesco variou entre 1835 e 1870 dentro do intervalo de 30 a 45%. Se tivermos em conta que esses dados englobavam plantéis com centenas de escravos (o que facilitava o estabelecimento de relações de parentesco), veremos que os dados relativos a Magé são razoavelmente representativos, ainda quando subestimados. Ao mesmo tempo, vemos que o fato de 2/3 dos escravos manterem seus laços de parentesco após a partilha significava uma estabilidade dessa família maior do que inicialmente se imaginaria[20]. A questão a responder parece ser: a quem interessava a manutenção dessa família?

Ao escravo, em primeiro lugar, uma vez que teria a princípio todos os motivos para querer manter-se unido a sua família. Até porque, além dos óbvios laços afetivos que o uniam a esta, sabemos hoje que o acesso à família era condição indispensável para que o escravo se aproximasse da experiência da liberdade tal como esta se constituia na segunda metade do século XIX. Estabelecer relações de parentesco no interior do plantel em que vivia representava para o cativo, geralmente, a possibilidade de possuir um maior grau de autonomia em relação ao seu senhor. Em geral, eram os laços de parentesco que permitiam ao escravo construir uma esfe-

19 Fragoso, João e Florentino, Manolo, op. cit., p. 161.
20 Veja-se que mais uma vez estamos trabalhando com percentuais mínimos. Isso porque todos os escravos com parentesco no plantel mas que foram divididos entre senhores distintos tiveram suas relações de parentesco consideradas rompidas, ainda quando um tenha ficado para a mãe, por exemplo, e outro para o filho menor de idade.

ra autônoma de atuação, com a constituição inclusive de lavouras próprias[21].

O tipo de fonte com que trabalhamos não permite, infelizmente, nos aprofundarmos nas estratégias desenvolvidas pelos cativos para tentarem manter a unidade de suas famílias. Causa-nos curiosidade sobretudo compreender porque num determinado plantel algumas famílias eram divididas enquanto outras resistiam à partilha. Mais ainda, porque em certas famílias a mãe e parte de seus filhos ficavam em um plantel enquanto a outra parte ia para outro. Podemos tentar, porém, uma tímida aproximação do tema.

O caso mais exemplar talvez esteja no inventário de João Esteves de Almeida[22]. Na partilha realizada, a escrava Antônia e seus 3 filhos (entre 5 e 1 ano) foram lançados para o pagamento de Manoel, filho natural do inventariado com Gertrudes Evia da Silva. Segundo nos conta a própria Gertrudes, ela intencionava vender "alguns" filhos de Antônia. Ao saber disso, no entanto, esta não teve dúvida: ameaçou suicidar-se caso fosse separada de seus filhos. Não devemos duvidar de Antônia. Hebe de Castro nos mostra casos em que as mães, desconfiadas das intenções de seus senhores em separá-las dos filhos através de venda, não pensaram duas vezes antes de matá-los e cometer suicídio[23]. Qualquer senhor (ou senhora) sabia ser rigorosamente impossível vigiar um escravo que pretendesse dar cabo da própria vida. Assim, o resultado da ameaça de Antônia foi a decisão de sua senhora de vender mãe e filhos conjuntamente. Mais tarde, ao leiloar a escrava Guilhermina, Gertrudes não esqueceu de vender junto com esta o filho recém-nascido. Este exemplo vem juntar-se a tantos outros apontados pelos mais diversos autores, e que mostram que o escravo reagia com frequência quando o senhor não levava em conta os interesses destes. Em geral, porém, os senhores mais experientes sabiam que deviam evitar a oposição dos cativos, como se vê no inventário de Marianna Rosa dos Santos[24].

Marianna faleceu em 1860, na freguesia de Teresópolis. Como as dívidas de seu inventário atingiam 90% do Monte bruto, os 14

21 A respeito, ver: Castro, Hebe M. G. de, A cor inexistente: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX), Niterói, 1993, Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Principalmente as partes 1 e 2.

22 Inventário de João Esteves de Almeida. Cartório do 2o. Ofício de Magé, 1860, s/n.

23 Castro, Hebe M., A cor ..., p. 141-147.

24 Inventário de Marianna Rosa dos Santos. Cartório do 2o. Ofício de Magé, 1860, s/n.

escravos que possuia foram lançados para o pagamento do único credor. Este, porêm, ao constatar que o plantel compunha-se na verdade de duas famílias, propõe a venda dos escravos em bloco, já que estes "naturalmente não se queirão separar (*sic.*)"[25].

Os exemplos acima apresentados são claramente insuficientes para o estabelecimento de conclusões mais sólidas. Mesmo assim, parecem indicar que, embora muito provavelmente a forma como as famílias escravas se viam (ou não) divididas estivesse ligada aos interesses senhoriais, esses tinham que levar em conta, pelo menos em certa medida, a reação possível dos cativos a essas divisões.

Dentro dos limites da fonte com que trabalhamos, no entanto, é sem dúvida bem mais fácil perceber os motivos que moviam os senhores em relação à constituição de famílias escravas. Mais uma vez, talvez nosso melhor exemplo esteja no inventário de João Esteves de Almeida.

Maior fazendeiro da freguesia de Surui, João Esteves possuia, ao morrer, 72 escravos, 31 dos quais (43% do total) com relações de parentescos explicitadas no inventário, conformando 9 famílias, todas matrifocais. Dos 41 restantes, 36 eram africanos, todos com mais de 30 anos de idade, enquanto dos 5 crioulos sem laços de parentesco declarados, 4 tinham idades entre 12 e 18 anos[26]. Por esses dados, vemos que tratava-se de um plantel já consolidado, constituido há bastante tempo e, portanto, com uma comunidade escrava forte. Mais ainda, era um exemplo claro da conjunção de duas demografias absolutamente distintas, para não dizer opostas. Por um lado, a demografia da agricultura escravista, baseada no tráfico de escravos africanos. Por outro, a demografia dos escravos, baseada no crescimento endógeno. O mais interessante em relação ao plantel de João Esteves, porêm, é que essas duas demografias, mais do que se combinar, se sucedem no tempo. A diferença de idade entre africanos e crioulos mostra que aqueles (incluídas aí também as mães) foram adquiridos primeiro, enquanto estes o foram posteriormente ou nasceram no próprio plantel. Se a isso agregarmos o fato de que nenhum dos filhos citados tinha mais de 10 anos, podemos concluir que o estímulo à família escrava surge (ou torna-se mais forte) nesse plantel a partir de 1850, quando o fim do tráfico de escravos e conseqüente elevação dos preços destes deixava claro que a reposição ou ampliação da mão-de-obra via merca-

25 Idem, p. 38.

26 A exceção era Policarpo, escravo crioulo de 45 anos.

do, se não estava impossibilitada, pelo menos encontrava-se fortemente bloqueada. O estímulo à reprodução cativa surge então como principal estratégia dos senhores para se manterem enquanto tais.

A estratégia de João Esteves, contudo, era a de um senhor que em 1850 já possuia um plantel consolidado e que pretendia tão-somente conservá-lo ou ampliá-lo. Coisa bem diferente ocorria com aqueles que entraram na segunda metade do século XIX com seu plantel ainda em formação, como era o caso de Joaquim Pinto de Castro[27].

Ao casar-se, ainda na década de 40, Joaquim de Castro possuia somente 3 dos 9 escravos presentes em seus inventários: Benta, Carolina (as duas mães aí existentes) e Vítor, que então tinha entre 3 e 4 anos (sem que se saiba se ele era ou não filho de Benta, a única com idade para ser sua mãe). Além desses escravos, Joaquim contou com dois outros trazidos por sua mulher, e que posteriormente foram vendidos. Em 1854, com o recurso obtido do trabalho desses escravos, comprou Bento, benguela, que tinha então 43 anos. A única escrava presente no inventário e cuja origem não está esclarecida é Leopoldina, Mina, que na época do inventário contava 40 anos. Ainda que consideremos que esta última também tenha sido comprada, chegamos a uma conclusão surpreendente. O aumento do número de escravos do plantel deveu-se exclusivamente à reprodução endógena, já que os dois escravos adquiridos através de compra simplesmente repunham a força de trabalho dos outros dois que foram vendidos.

Temos, assim, uma estratégia distinta de reprodução do plantel e, consequentemente, do próprio senhor enquanto tal. Aqui, um nível mais modesto de fortuna do que o anterior e o fato dessa se formar em meio à crise provocada pelo fim do tráfico atlântico fez com que o proprietário do plantel se visse impossibilitado de amplia-lo através do mercado, sendo-lhe possível, por aí, apenas manter o número de cativos. Mesmo assim, adquirindo escravos que, devido à idade ou sexo, eram mais baratos, porém menos produtivos. Um exemplo concreto do que acima denominamos de "investimento cruzado".

Portanto, para realizar a ampliação do número de seus escravos, um senhor nessas condições vê-se obrigado a garantir a seus

27 Inventário de Joaquim Pinto de Castro. Cartório do 1o. Ofício de Magé, 1861; M: 33; P: 798. O seu inventário é bastante detalhado porque o inventariado casou em regime de separação de bens, e assim sua viúva apresenta extensa documentação para comprovar a parte dos bens que lhe pertenciam.

cativos uma maior estabilidade nas relações familiares. A esse respeito, note-se que este é um dos raros inventários em que é estabelecida uma relação de filiação em que o filho conta com mais de 14 anos: Alexandre, de 18 anos, filho de Benta. Como esta é também a idade aproximada de constituição desse plantel, fica claro que a reprodução endógena entrou nos cálculos de Joaquim de Castro desde o início.

Outro aspecto importante desses laços de parentesco é o seu forte caráter matrifocal. Embora possamos duvidar da confiabilidade das informações em relação aos casais legalmente constituídos, somos obrigados a reconhecer que a desproporção existente entre o número de mulheres casadas (mães ou não) e o de mães solteiras é muito grande, o que nos leva a acreditar que a maioria das famílias era composta apenas pela mãe com seus filhos e/ou uniões consensuais, que não apareciam nos inventários.

Teríamos para Magé, portanto, uma reprodução baseada na família, o que é óbvio. Mas não, ao que parece, numa família de tipo nuclear e, menos ainda, extensa. A família escrava mais comum em nossa região seria formada somente pela mãe com seus respectivos filhos. A figura do pai raramente aparece. Não que ele fosse desconhecido de sua parceira (o que não podemos afirmar), e sim porque provavelmente ocupasse um papel secundário nesta família. A razão dessa característica da estrutura familiar escrava permanece obscura, sobretudo se compararmos com outras regiões.

Ao trabalharem com a família escrava no município de Lorena, Costa, Slenes e Schwartz[28] não apenas demonstraram a existência duma grande proporção de escravos casados (e, conseqüentemente, de filhos legítimos) como comprovaram que esta proporção era diretamente proporcional ao tamanho do plantel. Ocorre que em Magé a realidade mostra-se bastante distinta. Aqui, o caráter matrifocal da família escrava não está ligada a um mar de pequenos proprietários escravistas, como seria de se esperar. Enquanto em Lorena, 46% dos escravos habitavam em plantéis de 1 a 9 cativos, em Magé essa proporção variou entre 19% em 1850/51 e 40% em 1885/86[29]. Ou seja, somente na crise final do regime escravista a estrutura de posse de escravos de Magé assemelhou-se à de Lorena.

28 Costa, Iraci N. da, Slenes, R. W., Schwartz, S., "A família escrava em Lorena (1801)", *Estudos Econômicos* vol. 17, São Paulo: FIPE, 1987, p. 245-95.

29 Para a estrutura de posse de escravos em Magé e sua evolução no período, ver: Sampaio, Antonio Carlos Jucá de, *op.cit.*, Cap. 4, parte 1.

Essa discrepância, porém, talvez seja mais aparente do que real. Acreditamos que não se deva valorizar demais o papel da legalidade ou legitimidade das relações entre os escravos. Sabemos hoje que mesmo entre a população livre havia um elevado percentual de filhos naturais[30]. Além disso, é natural que os escravos adotassem estratégias distintas de socialização, tendo em vista a própria pressão exercida por seus senhores. Em outras palavras, acreditamos que, ainda quando o senhor pudesse intervir na realização ou não de casamentos legalmente sancionados entre seus cativos, pouco ou nada podia fazer se esses decidiam (e conseguiam) manter relações estáveis ao longo do tempo. Ao nosso ver, a própria reprodução endógena da população escrava mageense no período nos indica a estabilidade das relações familiares forjadas por esses cativos.

Conclusão

O fato de que a maioria dos trabalhos sobre as áreas produtoras de alimentos pouco penetrem na demografia escrava dificultou uma análise comparativa mais profunda. Essas, afinal, seriam as áreas mais prováveis para esse tipo de fenômeno na segunda metade do século XIX, uma vez que aquelas ligadas à exportação continuavam sendo abastecidas pelo tráfico, agora interno.

De qualquer forma, não há porque duvidarmos da possibilidade de um crescimento endógeno da população escrava no caso brasileiro, fenômeno aliás já identificado em diversos graus por outros pesquisadores. É claro que, no Brasil, essa era muito mais uma exceção do que uma regra. Mas em certas circunstâncias, ligadas principalmente à dificuldade de abastecimento externo de mão-de-obra, há de ter sido a solução encontrada. Dentro desse quadro ainda provisório em que se move o estudo da família escrava no Brasil, apenas um maior número de estudos monográficos sobre este tema poderá aquilatar com precisão a extensão do fenômeno.

É mito interessante perceber que esse tipo de reprodução não significou, porém, o estabelecimento de grandes famílias escravas em Magé, até porque ocorreu concomitantemente à diminuição do

30 Ver, por Exemplo: Kuznesof, Elizabeth Anne, "Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação de censos e de batismos para São Paulo e Rio de Janeiro", *Congresso sobre História da População da América Latina, Anais...*, Ouro Preto, julho de 1989.

tamanho dos plantéis. Ao contrário do exemplo de Paraíba do Sul, onde, segundo Fragoso e Florentino, encontramos muitas vezes três gerações de escravos vivendo num mesmo plantel, em nossa região predominava a família formada por mães solteiras e seus filhos. O que nos mostra que a possibilidade de reprodução não estava ligada ao tamanho ou tipo da família escrava e sim, mais provavelmente, à manutenção de um vínculo entre mãe e filho até pelo menos uma certa idade.

Além disso, a estabilidade da maioria dos laços familiares quando das partilhas permite-nos matizar um pouco a idéia, defendida sobretudo por Alida Metcalf[31], de que a morte do senhor era necessariamente um momento dramático na vida do escravo. O que os dados de Magé nos mostram é que isso nem sempre ocorria, e que para muitas famílias cativas essa morte teve um papel pouco relevante na manutenção dos laços de parentesco. Bem mais importante na vida do escravo foi, ao que parece, a conjuntura econômica, já que é com o fim do tráfico atlântico, em 1850, que se dá o estabelecimento do novo padrão demográfico. Da mesma forma, verificamos que após a lei do ventre livre ocorreu uma diminuição clara dos plantéis mageenses, causada sem dúvida pelo desestímulo que essa lei criava em senhores que esperavam manter-se através justamente da reprodução natural de seus cativos[32].

Assim, o estudo da escravidão em Magé revestiu-se, para nós, de um significado especial, uma vez que tanto a estrutura escravista quanto a sua evolução apresentaram características bastante originais se comparadas a outras áreas, produtoras de alimentos ou não. Originalidade essa que tinha sua origem em fatores e processos nem sempre claros, mas que podemos analisar a partir de dois eixos: o primeiro refere-se à participação do escravo enquanto agente histórico, que em suas ações concretas redefinia os limites do sistema escravista. Paradoxalmente, no entanto, ao reproduzir-se o escravo mageense acabava por alargar os limites desse mesmo sistema que o oprimia. O segundo eixo é o da atuação do senhor. Este, ao lutar até o limite não só de suas forças, mas daquelas do próprio escravismo, deixou claro que o seu interesse era não só o de manter a escravidão como a própria estrutura social excludente sobre a qual ela se sustentava.

31 Cf: Metcalf, Alida, "Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana do Parnaíba", *Estudos Econômicos* vol. 17, São Paulo: FIPE, 1987.

32 Sampaio, Antonio Carlos Jucá de, op.cit., Cap. 4, parte 2.

População e Família – São Paulo – vol. 1, nº 1, p. 143-179, jan./jun. 1998.

O PARENTESCO ENTRE OS CATIVOS NO MEIO RURAL DO RIO DE JANEIRO EM 1860

Andréa Jácome Simonato[1]

Ó Mãe do cativo, que fias à noite
À luz da candeia, na choça de palha!
Embala teu filho com essas cantigas...
Ou tece-lhe o pano da branca mortalha.

Castro Alves. **A mãe do Cativo.**

Introdução

Por muito tempo acreditou-se que os escravos não possuíam famílias e que seu padrão de conduta era completamente desregrado e promíscuo. No entanto, estas certezas da historiografia vêm sendo dissipadas com uma leitura mais atenta do passado. Diversos documentos, tais como processos-crimes, testamentos de escravos libertos ou mesmo algumas declarações senhoriais podem revelar a existência de um certo sentimento de família entre os cativos, que a historiografia julgava para sempre perdido. À guisa de introdução, acompanhemos as histórias de duas escravas que revelam, nas entrelinhas, a ligação dos escravos com o parentesco, na segunda metade do século XIX.

Após conhecê-las, passemos à análise de alguns dados sobre a família escrava na área rural fluminense, no ano de 1860. Fazendo uma análise quantitativa dos inventários *post mortem*, abertos no referido ano, tanto para as freguesias rurais da Corte, quanto para as demais regiões do interior da Província, pode-se obter dados sobre a composição da população cativa: suas taxas de africanidade e masculinidade e sua distribuição etária e sexual, segundo os tamanhos dos plantéis.

Apesar de apresentar limitações, os inventários permitem rastrear certas tendências relativas ao núcleo familiar primário

1 Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).